

Comité Nacional Para os Direitos Humanos ("CNDH")

**RELATÓRIO DA MISSÃO À ILHA BRAVA, DE ^{B-28}19 a 24 DE
SETEMBRO DE 2002**
OUTUBRO

(Realizada para divulgação do projecto de elaboração do Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos, previsto no Decreto-Lei n.º 19/2001, de 24 de Setembro e recolha de contribuições da sociedade civil e das autoridades locais)

Redigido por:

Rui Araújo
- Jurista, Consultor Nacional para a elaboração do PNADH

Comité Nacional de Direitos Humanos

* * *

Relatório da missão à ilha da Brava

1. Introdução. Âmbito do presente relatório. Inclusão de referências à missão projectada para a ilha do Fogo.

O presente relatório concerne essencialmente à missão à ilha Brava.

Contém, porém, uma alusão à missão à ilha do Fogo, que deveria realizar-se no quadro da deslocação do Comité Nacional de Direitos Humanos às duas ilhas, de 18 a 28 de Setembro, em que foi efectuado um encontro com a população de Mosteiros. Só uma alusão, pois que se optou – por razões que adiante se explicará - por apresentar o relatório concernente a Mosteiros integrado no de uma segunda missão à ilha do Fogo, entretanto acordada.

Essa segunda missão – que neste momento já foi realizada - deu continuidade à reunião dos Mosteiros, que na verdade ficara como que incompleta, face à dinâmica com que se desenrolava quando teve de ser interrompida, atendendo à escassez do tempo disponível para ela.

Neste documento dar-se-á notícia geral da missão à ilha do Fogo, uma vez que estava programada juntamente com a missão à ilha Brava e porque na parte realizada (apenas em Mosteiros) houve aspectos comuns às duas missões, que importará desde já ressaltar.

Os objectivos da missão eram os mesmos referidos nos relatórios anteriores, o respeitante à missão a S. Vicente e Santo Antão e o respeitante às ilhas de Sal, S. Nicolau e Boavista.

Em suma, era uma missão para divulgação do projecto de elaboração do Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos (abreviadamente aqui designado "PNADH"), a cargo do Comité Nacional para os Direitos Humanos ("CNDH") criado pelo Decreto-Lei n.º 19/2001, de 24 de Setembro e para recolha de contribuições da sociedade civil e das autoridades locais.

Como foi esclarecido naqueles relatórios, essa missão enquadrava-se no âmbito da segunda fase dos trabalhos, de acordo com a metodologia definida no seminário realizado na cidade da Praia a 6 e 7 de Julho de 2002.



2. Notícia geral da missão.

A missão decorreu de 18 a 28 de Outubro/2002.

A delegação, constituída pela Dra. Vera Duarte, Coordenadora do CNDH, Mlle Geraldine Becchi, ponto focal do programa HURIST em Cabo Verde, Dra. Paula Fortes, técnica do Instituto Cabo-verdiano de Menores, e Dr. Rui Araújo, Consultor Nacional para a elaboração do PNADH, chegou à ilha do Fogo no dia 18 e partiu para Brava só no dia seguinte.

No dia 24 a delegação regressou à ilha do Fogo, acomodada como possível numa pequenina embarcação pesqueira, por falta de transporte regular. No mesmo dia a delegação avistou-se brevemente com o Presidente da Câmara Municipal de S. Filipe, Dr. Eugénio Veiga, praticamente só para constatar a impossibilidade de cumprimento do programa, nomeadamente de um encontro com vereadores e representantes de organizações não governamentais programado para esse dia. Depois partiu para o Concelho de Mosteiros, onde ocorreu um seminário com a população limitado à parte da tarde desse dia.

Estava programada para o dia seguinte a reunião com a população de S. Filipe, que entretanto não teve lugar porque, tendo-se adoecido o ponto focal na ilha – Dr. Ubaldo Lopes – sem organizar nada, a delegação não o soube a tempo de poder reorientar tudo.

Assim, a delegação regressou à cidade da Praia no dia 28, para reprogramar uma nova visita à ilha do Fogo. Ficou assente que nessa nova visita se atenderia ao desejo manifestado pela população dos Mosteiros de aí ser feito um novo seminário, com mais vagar.

Quer na ilha Brava, quer nos Mosteiros, a delegação efectuou seminários com as pessoas previamente convidadas pelo ponto focal respectivo – representantes de instituições (Estado, poder local, confissões religiosas) e elementos vários da sociedade civil em geral.

Essas reuniões, como as antecedentes, utilizaram a técnica do *brainstorming*.

Em ambos os encontros com a população a metodologia seguida foi a relatada para a missão às ilhas de Sal, S. Nicolau e Boavista, a saber:

- A Coordenadora, Dra. Vera Duarte, apresentou o Comité (modo de criação, antecedentes, objectivos, composição e razões da mesma),

apresentou ou outros membros da delegação, falou do PNADH e da metodologia pretendida para a sua elaboração, teceu breves considerações sobre os direitos humanos e sua pertinência em Cabo Verde, explicou qual era o objectivo do encontro e depois passou a palavra à Mlle Geraldine Becchi para falar do programa do HURIST.

- Mlle. Geraldine Becchi falou efectivamente do programa HURIST, referindo-se a Cabo Verde e a outros países contemplados por esse mesmo programa.

- Depois a Coordenadora passou a palavra à Dra. Paula Fortes, que falou essencialmente da problemática das crianças e o papel do ICM, face à realização dos direitos destas:

- Finalmente tomou a palavra o Dr. Rui Araújo para expor mais de vagar sobre os direitos humanos em geral e em Cabo Verde em especial, a fim de lançar o debate.

- O Dr. Rui Araújo finalizou a sua intervenção com referências gerais a direitos humanos concretos, a título de exemplo, e solicitando à assembleia se pronunciasse sobre a existência ou não de violações dos direitos referidos ou outros.

Após essas intervenções a Coordenadora lançou o debate, convidando os presentes a intervirem de forma descontraída. Informou que o período da manhã seria para o inventariar dos problemas e o período da tarde reservado às propostas de sugestões.

Seguiu-se, em todas as reuniões, sob coordenação da Coordenadora do CNDH, sessões muito participadas pela assembleia. A da Brava só foi interrompida pelo almoço – realizado no próprio local –, sendo apenas pontuais e breves as intervenções dos membros da delegação.

A lista dos participantes nessas reuniões encontra-se no fim deste relatório.

3. Indicação de sequência:

À semelhança dos relatórios concernentes à ilha do Sal, S. Nicolau e Boavista, no relatório da ilha Brava referir-se-á, de entrada, alguns traços do perfil sociológico da ilha em causa, tendo como fontes básicas o "Censo 2000" e o "Relatório Sobre o Estado da Justiça", documento debatido em Outubro/2002 na Assembleia Nacional; depois falar-se-á do trabalho realizado na ilha, começando por uma

notícia geral desses trabalhos, para então apresentar os problemas levantados e as recomendações feitas.

4. Alguns traços do perfil sociológico da ilha Brava

A ilha Brava integra o grupo das ilhas de Sotavento e tem uma superfície de 64 Km², a que corresponde uma densidade populacional de 106,6 habitantes por Km².

A sede do concelho fica na Vila de Nova Sintra. Integra duas freguesias: a de S. João Baptista e a de Nossa Senhora do Monte. Tem uma população estimada de cerca de 6.820 habitantes. É uma ilha de vocação essencialmente agrícola.

Em termos de ligação com as outras ilhas do país dispõe apenas de um porto marítimo: o porto de Furna, escalado irregularmente por barcos de carreira regular de cabotagem. Um dos grandes constrangimentos da ilha prende-se com a irregularidade dessas ligações (apenas marítimas) com as outras ilhas.

No que respeita a recursos em solos, a ilha da Brava dispõe de 24 ha de terreno para cultura irrigada, 1.286 ha. para culturas pluviais e 225 há. para actividade agro-silvo-pastoril.

Em termos de incidência da pobreza, 53,8% da sua população é considerada pobre e 36,2% muito pobre. A *ratio* médico/habitante é de 1/6820. A taxa de analfabetismo é de 27,5%.

Em termos de equipamentos educativos, dispõe de estabelecimentos do EBI e do ensino secundário.

No que respeita ao sector da justiça, dispõe de um tribunal de comarca de 3^a classe, com competência genérica. À frente do Tribunal encontra-se um magistrado judicial. Dispõe de uma procuradoria da república, à frente da qual se encontra um magistrado do Ministério Público.

Em termos de movimentos processuais no ministério público e nos tribunais, durante o ano de 2001, os dados são os seguintes:

a) Tribunal

Processos Cíveis: De um total de 342 processos, transitaram para o corrente ano de 2002 126, tendo sido julgados 216. Do total de processos pendentes 183 transitaram de anos anteriores.

Processos Crime: De um total de 180 processos, dos quais 62 entrados em 2001, foram julgados 61 e remetidos para outros tribunais 5, transitando 114 para 2002;

Procuradoria da República:

Dos 10 processos relativos a crimes sexuais pendentes, 2 foram arquivados, 2 foram acusados, tendo transitado 6 para 2002.

No que toca a crimes contra a propriedade, para um total de 15 casos, 2 foram acusados, 1 enviado para outro tribunal, tendo transitado para o corrente ano 13 processos.

No que respeita a processos sobre crimes contra a honra, para um total de 38, foram acusados 9, foram arquivados 10, transitando os restantes 19 para o corrente ano.

Registou-se um caso de homicídio voluntário, ocorrido durante o ano de 2001, e foi remetido ao tribunal. Em termos de crimes contra a ordem pública registaram-se 15 casos, 7 dos quais transitados do ano anterior, tendo sido acusados 2, transitando 13 para o ano de 2002.

No que respeita a processos relativos a estupefacientes, registaram-se 2 casos, ambos transitados dos anos anteriores, tendo sido acusado 1, transitando o outro para o corrente ano.

No que respeita a menores, deram entrada na Procuradoria da República da Brava durante o ano de 2001, 8 processos de alimentos, que foram todos encaminhados para o Tribunal. Houve dois casos de execução de alimentos, todos encaminhados para o Tribunal.

Registaram-se 17 casos de investigação de paternidade, dos quais 7 transitados dos anos anteriores. Desses 17 processos, foram encaminhados para o Tribunal 3 processos, 7 foram resolvidos por conciliação, tendo 7 processos de investigação de paternidade transitado para o ano 2002.

5. O trabalho realizado na Brava

A) Notícia geral

Tendo chegado à ilha num Sábado, dia 19, a delegação reuniu-se na Segunda-feira, dia 21, com o Vice-Presidente da Câmara (na ausência do Presidente que se deslocara a Praia na véspera) e com alguns

vereadores (lista anexa, no fim desta). O encontro com a população foi no dia seguinte, 22 de Setembro, a partir das 9,30 h.

B) Reunião com a Câmara Municipal:

Muitos problemas foram inventariados, numa ilha em que se diz – e os vereadores confirmam – ser ordeira e pouco reivindicativa a população.

O problema mais marcante levantado foi o das crianças que se encontram fora do sistema.

Na zona piscatória de “*Tantun*” há treze crianças em idade escolar que não se encontram na escola. Vendem peixe para os pais.

Esses casos têm a ver com a situação económica da família que necessita dos filhos para os ajudar no trabalho, mas acredita-se que é mais um problema de ordem cultural desses pescadores. A Delegação do Ministério da Educação tem estado a tratar deste assunto com a Procuradoria da República.

Há na ilha Brava vários casos de violação de menores, os quais ficam abafados porque os pais do menor violado são pura e simplesmente “*comprados*”.

As queixas só aparecem nos casos em que o violador é um “*rapazinho*”. Há muitos emigrantes nos EUA, de 60 e 70 anos de idade, namorando jovens a quem prometem levar para a USA.

Essas promessas eternizam-se até que essas moças começam a “*meter-se*” com rapazes da sua idade. Há ainda casos de menores doentes mentais que são violados, tendo-se citado um desses casos de uma moça de cerca de 11 anos, doente mental e filha de família com problemas mentais, que foi violada.

Há também muitos incestos na ilha.

Há mães que não põem os filhos na escola, alegando que os pais emigrantes na América não querem porque hão de levar o filho para estudar em sítio melhor. Consequência é que o menor em idade escolar permanece na ilha fora da escola.

Outro problema relativo às crianças, talvez como reflexo de toda a situação descrita, é o abandono escolar. Já no fim do ano lectivo 2001/2002 as crianças começaram a abandonar no ensino básico

integrado (EBI), especialmente na 3ª fase (5ª e 6ª classes). A razão é que os pais precisam dessas crianças para os ajudarem.

No corrente ano lectivo (2002/2003), o abandono escolar atingiu taxa mais elevada. Pergunta-se porquê?

Um outro problema é o do direito ao nome. Há na ilha crianças sem nenhum registo, nem de pai nem de mãe. Isto acontece por capricho da mãe, muitas vezes. Há tempos uma criança precisava ser evacuada da ilha e houve dificuldades porque não tinha nome nenhum.

Há ainda professores que castigam fisicamente os alunos.

Na ilha Brava há também um grave problema de retornados ou expatriados. São pessoas expulsas dos Estados Unidos da América, geralmente por terem cometido algum crime e nalguns casos por estarem em situação ilegal.

Desses retornados, apenas 20% a 30% conseguem reintegrar-se na sociedade bravense. A maioria não se reintegra e de certo modo é discriminada pela sociedade, pelo que vai formar um "gheto".

Entre essas pessoas circula a droga.

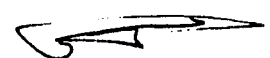
Frisou-se que na ilha Brava se põem graves problemas de direito das crianças, mas põe-se também e não só em relação às crianças o problema dos deveres, de tal modo que as autoridades se sentem impotentes, principalmente no lidar com as crianças por falta de um organismo de aconselhamento.

Pensam os vereadores que importa que as autoridades estabeleçam um clara pedagogia dos deveres porque na ilha Brava não se conhecem limites aos direitos hoje em dia, o que acaba por afectar ao fim e ao cabo o direito de todos.

Na ilha Brava há muitas pessoas que estão desabituidas de trabalhar sobretudo em Nossa Sra. do Monte. Quanto a rapazes, em parte por causa da "padjinha". 60 a 70% das mulheres da ilha são chefes de família cujos filhos ou já não têm pai ou este reside na América com outra mulher e não manda nada para os filhos.

As mulheres da ilha Brava não são como as do Fogo. Não fazem trabalho pesado. Por isso, os empreiteiros não as aceitam.

Há, pois, muitas pessoas que se auto - excluem do trabalho, às vezes porque recebem remessas de familiares emigrantes.



A exemplificar essa situação, citou-se um caso de a Câmara Municipal ter procurado dez pedreiros para uma obra e ter encontrado apenas um e de fora da freguesia.

Os vereadores finalmente referiram o eterno problema da ilha Brava, qual seja o do isolamento, que consideram violador dos direitos humanos da população dessa ilha cujos cidadãos vivem em permanente perigo de perder a vida por falta de recursos médicos na ilha e impossibilidade de evacuação em tempo útil.

Consideram, entretanto, com reticente optimismo, que a situação está em vias de ser resolvida, conhecendo mesmo já alguma melhoria pelo facto de um navio da companhia Arca Verde "dormir" no cais duas noites por semana, o que, ao menos transmite uma sensação de segurança.

C) Encontro com a população:

Também no encontro com a população inúmeros foram os problemas levantados:

O primeiro interveniente afirmou que a primeira violação dos direitos do povo bravense começa no transporte para a ilha: espera-se algumas horas, por exemplo, sobre o cais acostável da Praia depois da hora marcada para a partida, sendo certo que se tem de comparecer com duas horas de antecedência. De passagem pela ilha do Fogo, todo a gente tem de sair do barco desde velhos a doentes. Para além disso, uma simples maleta tem de seguir no porão.

Defendeu alguém a necessidade de haver um helicóptero que possa deslocar-se à ilha em caso de emergência, pois que na ilha se coloca um grave problema de ausência de recursos diferenciados de diagnóstico, na área da saúde.

No que toca à regularidade do transporte, respira-se um certo optimismo agora com três carreiras de barco por semana.

Frisou-se também e muito o problema do abandono escolar. Diz-se que uma das causas será a pobreza dos pais e o custo do transporte até à Vila, por exemplo, a partir da aldeia de Tantun.

Há muitos abusos e crimes contra as crianças, mas a população não colabora para por cobro à situação e até encobre os criminosos.

Todos afirmam que é urgente uma intervenção qualificada em Tantun, onde nenhum sistema racional e humano funciona para protecção das crianças.

De vinte crianças na escola, passou-se para uma. Há aí um jardim infantil, mas não funciona.

O Procurador da República informou ter instaurado um processo crime por maus tratos a alguns pais relacionados com esses comportamentos relativos aos filhos, mas acabou por desistir por falta de legislação punitiva.

As crianças da ilha não têm nada em termos de lazer.

Na escola não há livros e alguns pais acham que os livros não são essenciais. Uma criança presente afirmou que gosta das aulas de uma certa professora porque não são na base de livros.

Falando de crianças deficientes, disse-se que as escolas não estão preparadas no aspecto arquitectónico para receber deficientes e os professores também não estão preparados para lidar com eles.

Há muita violência de pais sobre as crianças na ilha. Para além de baterem nelas e apodarem-nas de nomes como "burros", põem-nas a transportar água, a carregar lenha etc..

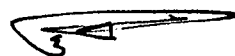
Para além desses problemas quanto a crianças, põem-se gravíssimos problemas em relação às mulheres sujeitas a toda a espécie de violência, incluindo a violência física por parte do marido. Uma mulher formada é alguém "*armado em bom*". Não tem oportunidades e a nada pode concorrer.

A ilha Brava precisa de agentes policiais femininos, pois têm mais sensibilidade para questões de mulheres e de menores.

Muitos maridos continuam a proibir às mulheres o trabalho remunerado.

As mulheres, quando são sujeitas a violência física, acabam sempre por desistir da queixa apresentada contra o agressor. Uma vez que essa desistência é feita sob coacção directa ou sob pressão das circunstâncias, seria bom que ela fosse irrelevante do ponto de vista legal.

Defendeu-se a discriminação positiva em vários domínios para a mulher.



Na ilha Brava o jovem precisa de mais oportunidade de estudos. Não há professores qualificados. Os professores formados no ISE negam ir à Brava e podem escolher outra ilha. É uma discriminação inaceitável.

Como resultado de tudo isso, o nível do ensino secundário na ilha é baixíssimo ainda que termine no 12º ano.

A exemplo, neste ano de 2002 havia 11 vagas para o Instituto Pedagógico e, tendo concorrido 23 alunos da Brava nenhum foi apurado.

Há que investir em técnicos médios da ilha e para a ilha. De qualquer modo, será importante um sistema de quotas no que toca às bolsas de estudos.

Problema também crucial na ilha Brava é o dos retornados, ou repatriados, nos termos acima expostos durante o encontro com os vereadores.

São marginalizados e não podem ter uma vida normal, nem sequer no aspecto sexual. Muitos são capazes e competentes e só por terem tido algum deslize na vida ou algum azar, chegam à sua ilha e aí não conseguem dar nada das suas capacidades.

Alguém referiu o caso de um retornado com invulgar capacidade de explicação e excelentes conhecimentos, mas que não é aproveitado, apesar das carências da ilha em termos de professores.

Resumindo a situação, um dos presentes disse que o repatriado está pior na sua ilha do que estava na cadeia na USA.

Neste aspecto, porém, outro presente contestou vivamente, dizendo tratar-se de exagero.

O problema de retornados da ilha não é recente, é de há mais de vinte anos, mas vem-se agudizando e hoje é premente que haja no mínimo um serviço de acolhimento desses cidadãos à chegada ao país, pois o primeiro momento marca seguramente o grau de segurança afectiva e psicológica com que o repatriado vai enfrentar a nova situação.

Uma técnica, casada com um retornado, afirmou existir grande estigma sobre o retornado, o qual se encontra "*preso em liberdade*" no seu país. Afirma ter apresentado à Câmara um projecto para recuperação dos retornados e nem sequer recebeu "*feed-back*" o que demonstra o nível de atenção que a esse problema se dedica.

Um problema que deteve muito a atenção dos presentes foi o da relação entre o volume dos direitos e a quase ausência do sentido dos deveres ou dos limites dos direitos.

Disse-se que a população da ilha Brava é mansa e ordeira, mas a cultura dos direitos sem deveres acarretou uma crise de autoridade cada vez maior em que o agente policial, por exemplo, não sabe o que há de fazer se for agredido por um cidadão e muito menos se usar da força para impôr uma medida que não se quer acatar. O mais certo é ser desautorizado pelo Tribunal.

A cobertura policial da ilha é muito escassa e um agente não consegue chegar a muitos lugares em tempo útil. Havendo um levantamento popular na ilha, o policiamento existente nada significa. Há que formar polícias bravenses.

Problema preocupante da ilha é também o da impossibilidade prática de o cidadão resolver uma série de problemas cuja solução se encontra na burocracia do Estado.

Assim, não se entende que se tenha de deslocar a uma outra ilha para se realizar uma escritura cujo valor seja superior a 1.000.000\$00 ou para registar um terreno. Há uma delegação de registo civil com uma máquina manual que nem lhe pertence. É urgente a colocação de um conservador/notário na ilha, assim como uma assessoria técnica ao Ministério Público no tratamento de questões relacionados com menores, mulheres e retornados.

Na ilha Brava o pobre é desprezado e humilhado, mas existe grande passividade.

A regionalização favorece pouco a ilha Brava. Deve haver uma discriminação positiva para a ilha, pois que a situação é difícil e a população tem estado a diminuir desde há três décadas.

A gravidez precoce é um problema na ilha. No decorrer do ano lectivo transacto houve três a quatro jovens a quem se suspendeu a matrícula por gravidez precoce.

D) Recomendações:

- Apetrechamento da ilha com técnicos especialmente da área social que possam lidar com problemas de crianças e família;
- Criação urgente de um núcleo de apoio aos repatriados, incluindo alguns elementos representativos dessa camada;



- Uma firme pedagogia por parte das autoridades concernente à observação de deveres por forma a ultrapassar a crise de autoridade existente;
- Desconcentração de competências de modo a que os problemas básicos e outros que o possam ser sejam resolvidos sem necessidade de deslocação ao Fogo e a Praia. Nomeadamente:
- Colocação de um conservador na ilha e atribuição de maiores competências aos serviços do registo e do notariado;
- Aumento do número de efectivo policiais;
- Recrutamento e formação de técnicos e profissionais na própria ilha, tais como professores e agentes policiais;
- Disponibilização de um helicóptero para as situações de emergência, caso não se reforce a regularidade de transporte para o exterior da ilha;

6. Conclusões finais:

Torna-se manifesto que a ilha Brava tem problemas específicos advenientes do seu já crónico isolamento em relação ao resto do país, em virtude da impossibilidade de comunicações via aérea e das dificuldades de comunicações via marítima.

É real que num mundo globalizado e, nessa medida, “pequeno”, dificilmente se compreende – ou melhor, se aceita - um tal isolamento. Por isso bem se compreende que os residentes da ilha o liguem a uma violação de direitos humanos.

Parecendo insignificante o pormenor de os navios da única companhia nacional de navegação – a Arca Verde – fazerem sair para o cais, quando escalam o cais do Fogo, a caminho da Brava, os passageiros da Brava, incluindo velhos e grávidas, em vez de lhes permitirem permanecer a bordo, esse “pequeno” pormenor ganha dimensões insuspeitas (alguém falou de “primeira violação de direitos humanos do povo da ilha”) nas circunstâncias acima referidas.

Felizmente, parece entretanto estar esse problema de isolamento minorado nos últimos tempos e em vias de solução que se espera definitiva, ainda que apenas a nível do transporte marítimo.

Enquanto se verifica uma dinâmica de crescimento na maior parte das outras ilhas – em especial casos de Sal, Boavista e Maio, em virtude do turismo –, à qual se prende a maior parte dos problemas sociais detectados, na ilha Brava os problemas sociais parecem não se prender a uma tal dinâmica. O que não significa, note-se, qualquer menor dinamismo das autoridades autárquicas, nem da população, antes será eventual fruto do isolamento, além do mais.

De frisar em especial o problema dos repatriados, que exige uma atenção muito especial. Mas há também graves questões ligadas aos direitos da mulher e, em especial, às agressões à liberdade, tais crimes de violação que ficam “*abafados*”, em virtude de interesses “*familiares*”, ou dependências económicas, directas ou indirectas.

É um problema que se verifica em muitas ilhas do país.

De frisar o problema muito comum referido, o do desfasamento entre o crescimento desmesurado do volume de direitos e a diminuição do sentido do dever.

Problema esse que insistentemente se interliga com um outro, o de uma certa crise de autoridade. Considera-se que a forma absolutista de perspetivação dos direitos – nomeadamente da crianças e adolescentes –, como que bloqueia a exigência do cumprimento de deveres, nomeadamente por via de uma imposição virada exactamente para a defesa de tais direitos.

Na ilha Brava quer-se também mais presença do Estado, pois que a dinâmica social e económica internas se mostra insuficiente para propulsionar o desenvolvimento. Mas uma presença – com quadros técnicos e organismos públicos - numa perspectiva de aproveitamento das potencialidades locais e não apenas de uma intervenção de fora para dentro.

Uma última observação diz respeito a uma certo entusiasmo em que se repitam reuniões com a população do estilo da promovida pela delegação, pois se considera que a mesma foi de extrema utilidade, e que haja na ilha activistas dos direitos humanos.

Praia, 10 de Dezembro de 2002

Redigiu:



Rui Araújo
Jurista; Consultor Nacional para a elaboração do PNADH